

**Correspondência ao autor**

¹ Larissa Cristina Dal Piva Moreira
 E-mail: prof.larissa.moreira@gmail.com
 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
 CV Lattes
<http://lattes.cnpq.br/7951863941276941>

Submetido: 27 jun. 2018
 Aceito: 9 set. 2018
 Publicado: 3 out. 2018

[doi> 10.20396/riesup.v5i0.8652804](https://doi.org/10.20396/riesup.v5i0.8652804)
 e-location: e019001
 ISSN 2446-9424

Checagem antiplágio



Análise da internacionalização da educação superior entre países emergentes: estudo de caso do Brasil com os demais países membros dos BRICS

Larissa Cristina Dal Piva Moreira¹ , Sonia Maria Ranincheski² 
^{1,2} Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO

No mundo globalizado, a educação ultrapassa as fronteiras geopolíticas e traz um desafio para os países e instituições de ensino superior: é preciso internacionalizar-se para sobreviver. Neste contexto, internacionalização universitária é entendida como políticas voltadas para as áreas de conhecimentos científicas e tecnológicas estabelecidas entre os países e as instituições de ensino superior. O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar o processo de internacionalização universitária do Brasil com os demais países membros dos BRICS – Rússia, Índia, China e África do Sul – comparando as políticas adotadas durante o período de governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). A metodologia utilizada consistiu em uma abordagem comparativa e qualitativa tendo como base a análise de conteúdo dos pronunciamentos oficiais dos presidentes brasileiros e entrevistas com expoentes da área tanto do Brasil quanto dos países membros dos BRICS. Como resultados identificaram-se discrepâncias entre visões e ações de internacionalização universitária, apesar da sequência partidária no governo. A conclusão do trabalho aponta para as diferenças entre os dois governos de um mesmo partido em relação ao tema da internacionalização universitária, indicando que não é suficiente a presença de um mesmo partido no governo para a criação de uma política de Estado. Para solucionar o dilema entre uma política de Estado e de governo e inserir-se estrategicamente no cenário internacional, o Brasil precisaria que a sua elite política transcendesse as rivalidades conjunturais e elege-se a educação e o nível de criação de conhecimentos como moedas não intercambiáveis.

PALAVRAS-CHAVE

Internacionalização da educação. Internacionalização universitária. Países emergentes. BRICS.

Analysis of the internationalization of higher education between emerging countries: case study of Brazil with the others countries members of BRICS

ABSTRACT

In the globalized world, education goes beyond geopolitical frontiers and brings a challenge to countries and institutions of higher education: it is necessary to internationalize to survive. In this context, university internationalization is understood as policies focused on the areas of scientific and technological knowledge established between countries and institutions of higher education. The general objective of this work is to analyze the process of university internationalization of Brazil with the other BRICS member countries - Russia, India, China and South Africa - comparing the policies adopted during the period of government of Luiz Inácio Lula da Silva (2003 -2010) and Dilma Rousseff (2011-2016). The methodology used consisted of a comparative and qualitative approach based on the content analysis of the official pronouncements of the Brazilian presidents and interviews with exponents of the area both in Brazil and the member countries of the BRICS. As results, discrepancies between visions and actions of university internationalization were identified, despite the party sequence in government. The conclusion of the study points to the differences between the two governments of the same party in relation to the topic of university internationalization, indicating that the presence of the same party in the government is not sufficient for the creation of a State policy. In order to solve the dilemma between a policy of state and government and to insert itself strategically on the international scene, Brazil would need its political elite to transcend conjunctural rivalries and choose education and the level of knowledge creation as non-interchangeable currencies.

KEYWORDS

Internationalization of education. University internationalization. Emerging countries. BRICS.

Análisis de la internacionalización de la educación superior entre países emergentes: estudio de caso del Brasil con los demás países miembros de los BRICS

RESUMEN

En el mundo globalizado, la educación sobrepasa las fronteras geopolíticas y trae un desafío a los países e instituciones de enseñanza superior: hay que internacionalizarse para sobrevivir. En este contexto, la internacionalización universitaria se entiende como políticas dirigidas a las áreas de conocimientos científicos y tecnológicos establecidos entre los países y las instituciones de enseñanza superior. El objetivo general de este trabajo consiste en analizar el proceso de internacionalización universitaria de Brasil con los demás países miembros de los BRICS - Rusia, India, China y Sudáfrica - comparando las políticas adoptadas durante el período de gobierno de Luiz Inacio Lula da Silva (2003 -2010) y Dilma Rousseff (2011-2016). La metodología utilizada consistió en un enfoque comparativo y cualitativo teniendo como base el análisis de contenido de los pronunciamientos oficiales de los presidentes brasileños y entrevistas con exponentes del área tanto de Brasil como de los países miembros de los BRICS. Como resultados se identificaron discrepancias entre visiones y acciones de internacionalización universitaria, a pesar de la secuencia partidista en el gobierno. La conclusión del trabajo apunta a las diferencias entre los dos gobiernos de un mismo partido en relación al tema de la internacionalización universitaria, indicando que no es suficiente la presencia de un mismo partido en el gobierno para la creación de una política de Estado. Para solucionar el dilema entre una política de Estado y de gobierno e insertarse estratégicamente en el escenario internacional, Brasil necesitaría que su elite política trascienda las rivalidades coyunturales y eligiera la educación y el nivel de creación de conocimientos como monedas no intercambiables.

PALABRAS CLAVE

Internacionalización de la educación. Internacionalización universitaria. Países emergentes. BRICS.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo geral analisar o processo de internacionalização universitária do Brasil com os demais países membros dos BRICS – Rússia, Índia, China e África do Sul – comparando as políticas adotadas durante o período de governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). O tema de internacionalização universitária, nas últimas décadas, emergiu como uma das questões importantes do ensino superior, mas também como elemento de planos estratégicos de políticas externas dos países. A globalização e o avanço do conhecimento como algo crucial para as economias nacionais empurraram não só os países emergentes, como o Brasil, mas países ricos a trilhar a corrida em busca de estreitamento de laços acadêmicos, científicos e tecnológicos com outros países (WIT, 2002; KNIGHT, 2004; ALTBACH, 2007).

Ademais, a sociedade atual traz consigo o desafio à soberania e à independência dos Estados perante tanto suas políticas externas quanto internas, visto que estas se inter-relacionam no contexto atual (PUTNAM, 2010). Nessa medida, as políticas governamentais domésticas podem ser examinadas com o intuito de entender as relações externas presentes nessas políticas. Analisar as políticas de internacionalização universitária dos governos Lula e Dilma contribui, assim, para a discussão sobre os propósitos desses dois governos na agenda externa.

No governo de Lula, a política externa manteve uma postura multilateralista, com características de uma política influenciada pela forte liderança pessoal do presidente, embora existisse a ação diplomática ativa e dinâmica de Celso Amorim. Com o governo de Lula, o Brasil aumentou o perfil das relações com os países africanos, tendo em vista não apenas relações econômicas, mas também o resgate da chamada dívida humana, social e cultural (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Por sua vez, no governo de Dilma Rousseff, as relações internacionais do Brasil atravessaram, durante os quatro anos do primeiro governo, entre 2011 e 2014, um período caracterizado por um declínio relativamente aos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010, quando se lidava com o conceito “ascensão” (CERVO; LESSA, 2014). Igualmente, a política externa do período Dilma pode ser vista como de difícil caracterização, haja vista a oscilação das decisões da presidente nessa matéria.

Nesse contexto, este artigo compara o processo de internacionalização universitária nos governos de Lula e Dilma com vistas a verificar se houve diferença de orientação da política de ambos os governos em relação ao tema, quais foram as características específicas de cada um e quais as razões da internacionalização universitária para com os membros dos BRICS.

Embora as distâncias geográficas, históricas e culturais, eles têm aspectos econômicos e demográficos em comum: são países de economias em crescimento e de impacto no cenário

político mundial por serem populosos (juntos, representam mais de 40% da população mundial) e de grande extensão e/ou influência na região/continente em que estão inseridos (INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS APLICADA – IPEA, 2015). Ao unirem-se, mais do que ampliar contatos, eles ganham representatividade e importância perante os demais países considerados hegemônicos, fortalecendo a premissa de uma nova ordem multipolar. A relevância e o destaque dos BRICS no cenário político internacional podem ser verificados, igualmente, pela capacidade dos países membros de evitar serem afetados pela crise econômica de 2008, que atingiu os países desenvolvidos, mas não impediu o crescimento do grupo (VISENTINI et al., 2013).

As nações dos BRICS possuem muitas diferenças que dificultam a cooperação acadêmica e científica, como línguas diferentes e diferentes tradições acadêmicas (com algumas semelhanças entre a China e a Rússia). No entanto, algumas realidades são compartilhadas: sérios problemas de gestão e governança interna da universidade; influência política em decisões; equidade de acesso; entre outros (ALTBACH, 2014). O fato de terem realidades socioeconômicas parecidas fez com que na VI Cúpula dos BRICS, realizada no Brasil, em julho de 2014, os presidentes dos países do bloco afirmassem que a educação é a chave para o sucesso de longo prazo e reconhecessem que investir mais é essencial para enfrentar as desigualdades e fomentar continuamente o crescimento econômico (BRASIL, 2014a).

A análise dos interesses de cooperação, sejam eles acadêmicos, científicos, tecnológicos ou de outras temáticas, exige certa cautela. Primeiramente, é preciso lembrar que os BRICS possuem, em certa medida, interesses políticos e econômicos que, muitas vezes, não se aglutinam. No plano político, a China e a Rússia, geralmente, adotam posturas internacionais mais rígidas, enquanto os demais países se posicionam de forma menos incisiva. No plano econômico, China e Índia caracterizam-se pela exportação de produtos industriais e tecnológicos, bem como pela importação em massa de matérias-primas; Brasil, Rússia e África do Sul, por outro lado, exportam basicamente grandes volumes de recursos minerais e agrícolas, além de importarem tecnologias industriais (STUENKEL, 2017).

Assim, o incremento de políticas que geram o intercâmbio de conhecimento e a busca de parcerias com outros países emergentes poderiam ser estratégias a serem postas em prática como uma forma de impulsionar ou mesmo criar novos programas que pudessem representar avanços na qualificação do conhecimento produzido no país. Os governos Lula e Dilma teriam tido essa motivação ou teriam permanecido na esfera do aumento de cooperação e mobilidade acadêmica? Para responder a essa questão é necessário, neste caso, debater e esclarecer o conceito de internacionalização do ensino superior utilizado para comparar as políticas de internacionalização universitária de ambos governos.

Internacionalização universitária

Existem várias concepções do conceito de internacionalização do ensino superior, mas todas convergem ao mencionar que pode ser considerada como um conjunto de políticas e programas que universidades e governos implementam para responder ao fenômeno da globalização, que afeta Estados e instituições de ensino superior (IES) (SEBASTIÁN, 2004; ALTBACH, 2002; GACEL-ÁVILA, 2003; KNIGHT, 2004).

Para Knight (2004, p. 11), a internacionalização do ensino superior é conceituada como o “processo que integra uma dimensão global, intercultural e internacional nos objetivos, funções e oferta da educação pós-secundária”. Essa ideia é corroborada por Sebastián (2004), que define a cooperação acadêmica internacional como um conjunto de atividades realizadas entre instituições universitárias que, por meio de múltiplas modalidades, implica uma associação e colaboração sobre temas de política e gestão institucional. Percebe-se, assim, que há uma visão de internacionalização voltada para a cooperação no nível institucional, ou seja, entre as instituições de ensino superior.

Por outro lado, Hawawini (2011) afirma que essa definição não captura a essência do processo de internacionalização, cuja meta fundamental deveria estar na integração da instituição ao conhecimento global emergente e à rede de aprendizagem, em detrimento da integração da dimensão internacional ao ambiente institucional existente. O processo, então, deveria consistir no olhar para fora em vez de olhar para dentro, enfatizando a capacidade e a habilidade da instituição para se tornar parte integral da construção do conhecimento do mundo, não somente para se beneficiar dele, mas também para contribuir com seu desenvolvimento.

Apesar do conceito de internacionalização do ensino superior ser recente, datado dos anos de 1990 (WIT, 2002), o caráter internacional das universidades está presente desde a Idade Média com a criação das primeiras escolas europeias. A formação dessas escolas, chamadas “universitas”, contava com professores e estudantes de diferentes regiões e países, apresentando em sua constituição comunidades internacionais que se reuniam em busca de um objetivo comum: o conhecimento (STALLIVIERI, 2004).

Todavia, houve uma mudança nos paradigmas, que seguiu na mesma direção da reformulação trazida pela globalização, caminhando lado a lado com a evolução das sociedades. Antes, as universidades não precisavam justificar seu trabalho perante a sociedade. Porém, o processo de massificação do ensino superior abriu as portas da universidade a diversos setores da sociedade. Essa é outra definição da importância de internacionalização do ensino superior, para a qual estudantes, país, governo, agências financiadoras de crédito educativo, agências de fomento para pesquisa e o mercado passaram a ser avaliadores próximos dos rumos das universidades (TROW, 1970). Isso pode ser ilustrado pela necessidade que os estudantes têm de obter uma ótima experiência acadêmica, as exigências do mercado de trabalho por um determinado perfil profissional, a questão das

avaliações da qualidade do ensino, os quesitos para garantir financiamento de projetos, bem como credenciamento dos programas e dos cursos.

Nesse sentido, Gornés (2001) afirma que a cooperação acadêmica pode ser vista como a capacidade que podem desenvolver as relações entre as diferentes instituições acadêmicas, governamentais e sociais, mediante o intercâmbio de produtos acadêmicos (sejam estes de docência, investigação, extensão, difusão ou serviços acadêmico-profissionais), com a finalidade de empatar necessidades com possibilidades. Não é questão menor salientar que, no caso do Brasil, está havendo uma concorrência entre as instituições universitárias que, sofrendo a perda de recursos, percebem a possibilidade de cooperação internacional como um duplo ganho: condições de vencer a competição no *ranking* universitário e ganhar mais recursos. É nesse sentido que Lima e Contel (2009) salientam a característica mercadológica envolvendo a captação de recursos financeiros advindos de estudantes internacionais no caso de universidades estrangeiras. No caso brasileiro, a principal fonte de captação de recursos é o Estado, por isso é reforçada sua importância para estudo e influência no processo de internacionalização das instituições de ensino superior nacionais.

Em relação aos níveis de políticas que influenciam e são afetados pelo processo de internacionalização, Knight (2004) menciona os níveis nacional, setorial e institucional. No nível nacional, as políticas relacionam-se à área de relações exteriores, imigração, educação, ciência e tecnologia, cultura e história, desenvolvimento social, indústria e comércio, entre outros. Tratando-se do nível setorial de educação, as políticas estão relacionadas a propósito, acreditação, licença, captação de recursos, currículo, ensino e pesquisa.

Em relação ao nível institucional, Knight (2004) afirma que as políticas podem ser interpretadas de duas formas: a mais ampla e a mais restrita. A primeira é caracterizada pelas políticas no nível institucional, relacionadas ao planejamento de diretrizes para analisar as implicações da/para a internacionalização, ou seja, verifica se a instituição de ensino tem adotado uma abordagem integrativa e sustentável, incluindo manutenção da qualidade, planejamento, pessoal, finanças, desenvolvimento de professores, apoio aos estudantes, entre outros. A mais restrita se refere às declarações relacionadas à dimensão internacional na missão da instituição, bem como a propósitos, valores, funções e políticas (estudo no exterior, recrutamento de estudantes, ligações e parcerias internacionais, oferta de cursos transfronteiriços, licenças para estudos internacionais – *sabbaticals*).

Assim, percebe-se a presença de três atores principais: os governos dos Estados nacionais, as instituições e as redes acadêmicas que podem ou não efetivar as cooperações acadêmicas. O processo pode ocorrer, primeiramente, entre os acadêmicos, mas necessita do aval do Estado. Para os Estados, a política de internacionalização possui mais força política de pressionar para que os acadêmicos participem desse processo de internacionalização. Em outras palavras, no nível do Estado, a cooperação em temas educacionais é um instrumento político.

Entre as ações de internacionalização universitária, pode-se citar a mobilidade acadêmica e a científica e tecnológica. A mobilidade acadêmica consiste, principalmente, na presença de professores e estudantes estrangeiros no *campus* do país e pode ser verificada pelo grau de imersão internacional no currículo. A mobilidade científica e tecnológica é percebida em ações conjuntas entre os países, como: realização de projetos de pesquisa com instituições estrangeiras; participação em consórcios internacionais de pesquisa; concessão de bolsas para pesquisa internacional; desenvolvimento de projetos de patente internacional (BARTELL, 2003, STALLIVIERI, 2004).

Percebe-se assim que, no processo de internacionalização universitária, há reciprocidade e troca entre as instituições de ensino e seus países. Entretanto, a relação entre os países e as instituições de ensino nem sempre são simétricas, pois há programas promovidos pelos governos com intuítos estratégicos que acabam gerando relações assimétricas e não recíprocas. Morosini (2006), apoiada também em Altbach (2007), acrescenta o termo “multinacionalização da educação superior”, que se refere a programas acadêmicos de instituições pertencentes a um determinado país e que são oferecidos em outro(s) país(es). Geralmente, a multinacionalização ou transnacionalização marca relações entre desiguais e tem como objetivo maior o lucro. Entre os tipos de multinacionalização/transnacionalização, pode-se citar o estabelecimento de *campus* no estrangeiro, onde os professores e o currículo são oriundos da instituição estrangeira, bem como as aulas são ministradas no idioma do país estrangeiro. A comparação entre as ações de cooperação acadêmica internacional no âmbito de internacionalização e multinacionalização/transnacionalização universitárias podem ser observadas no quadro 1.

Quadro 1. Ações de Cooperação Acadêmica Internacional – internacionalização x multinacionalização universitária

Internacionalização Universitária	Multinacionalização/transnacionalização Universitária
Mobilidade docente e discente	Estabelecimento de campi em outros países;
Bolsas concedidas pelo Governo para estudos e pesquisa em outro país	Oferecimento de contratos de educação à distância em outros países;
Realização de projetos de pesquisa com instituições estrangeiras;	Desenvolvimento de cursos de treinamento em outros países.
Participação em consórcios e redes internacionais de pesquisa;	Grau de imersão internacional no currículo nacional;
Desenvolvimento de projetos de patente internacional.	Aulas de idiomas estrangeiros no contexto nacional
Projetos de dupla certificação internacional	Aulas ministradas por professores estrangeiros mesmo a distância

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A diferença entre internacionalização e multinacionalização/transnacionalização do ensino superior pode estar na função, isto é, se a política de internacionalização do ensino superior contribui para o desenvolvimento científico e tecnológico dos países envolvidos ou se permite que um país exerça poder de influência (*soft power*) sobre outro. Pode-se também dizer, observando-se conceitos de Knight (2004), que o processo de internacionalização universitária ocorre entre os países (*across nations*), enquanto a multinacionalização ou

transnacionalização da educação superior ocorre com a intervenção além das fronteiras da política nacional (*cross-border*). Essa diferença pode ser observada na relação entre os países desenvolvidos ou do Norte que ocupam a posição de produtores do conhecimento e os demais países, em desenvolvimento, que têm subsistido no papel de consumidores desse conhecimento (CELANO; GUEDES, 2014). Tal característica também se evidencia na prática das ações de internacionalização pelas instituições de ensino superior, com uma reconhecida tradição das instituições europeias e americanas na mobilidade acadêmica internacional.

As ações de internacionalização são utilizadas com distintos objetivos: seja para “atrair amigos”, como é o caso da Alemanha, seja como uma fonte de recursos financeiros e comércio, como são vistas pelos Estados Unidos, mas ambas trazem consigo a estratégia de *soft power* para posicionamento estratégico internacional do país no contexto mundial (ALTBACH, 2013). No caso dos países emergentes do século XXI, como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que formam o agrupamento BRICS, os benefícios da internacionalização das atividades de ensino e pesquisa praticadas pelas universidades no desenvolvimento nacional vêm afetando e modificando a relação destes no contexto global. Se antes a discussão estava tão somente na necessidade de acesso e equidade de ensino no âmbito nacional, agora também está em pauta a capacitação de profissionais globais para a geração de inovação no cenário nacional. Esses profissionais, muitos formados com experiências no exterior, trazem para as instituições de ensino superior nacionais a necessidade de internacionalização de currículos acadêmicos e produção científica como fonte de recursos financeiros internacionais.

A presente pesquisa utilizou o conceito de política de internacionalização universitária como sendo o conjunto de discursos e programas promovidos pelo governo com o intuito de promover relações e ações de cooperação acadêmica e científica com os outros países. A política de internacionalização parte do Estado e tem chances de ser aplicada pelas instituições de ensino superior. O papel das Instituições de Ensino Superior é relevante por ser nelas que as políticas se transformam em ações. Assim, embasado no contexto apresentado, o presente trabalho tem a seguinte pergunta norteadora de pesquisa: qual foi a política de internacionalização universitária brasileira para os países integrantes dos BRICS durante os governos Lula e Dilma?

Metodologia

A metodologia utilizada para a realização da presente pesquisa consiste em uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com estudo de caso, caracterizada pela descrição, pela compreensão e pela interpretação de fatos e fenômenos Martins e Theóphilo (2009).

Uma das características da metodologia desta pesquisa é o uso da comparação no sentido de saber as diferenças, embora não esteja no escopo deste artigo tratar do impacto

dessas diferenças no objeto observado. A comparação da internacionalização universitária nos governos Lula e Dilma foi realizada considerando que se trata de uma metodologia que permite, pelo contraste, identificar as características distintas em ambos os governos. Nesse sentido, o objetivo foi localizar as diferenças, uma vez que são governos de um mesmo partido político, o Partido dos Trabalhadores, e a lógica seria possuírem um mesmo projeto de internacionalização universitária. Em outras palavras, a comparação foi feita para encontrar as diferenças, uma vez que a própria hipótese apontava para isso.

Com base nos dados secundários, como informações, discursos governamentais e entrevistas, buscou-se comparar, analisar e explicar a política e as ações de internacionalização universitária do Brasil com os demais países membros dos BRICS durante os governos Lula e Dilma. A presente pesquisa pode ser classificada quanto aos fins como exploratória. Para corroborar, Godoy (2006, p. 128) afirma que esta metodologia “busca estudar como pessoas de diferentes países, regiões ou culturas se apropriam de determinados conceitos e significados orientadores de seu comportamento”.

O recorte temporal escolhido engloba o período dos governos de Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). Essa escolha deve-se, à acessibilidade aos dados e ao fato de ser um período significativo, porque o acrônimo BRICS foi lançado em 2001, o que não justifica o estudo ser realizado anteriormente. Além disso, ao escolher a temática de governos como perspectiva de análise, pretende-se, ao fim desta pesquisa, verificar se houve mudanças significativas na política de internacionalização do ensino superior brasileiro em relação aos BRICS com a mudança de governo.

A análise comparada é realizada em três níveis que se complementam: o nacional, o setorial e o institucional. O nível nacional, para o caso brasileiro, está relacionado com a política de governo e engloba dados de órgãos governamentais de fomento à cooperação acadêmica internacional, tais como: a) Ministério de Relações Exteriores, com os dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Divisão de Temas Educacionais (DCE); b) Ministério de Educação com os dados da Coordenação para Aperfeiçoamento para Pessoal de Nível Superior (CAPES); c) Ministério de Ciência e Tecnologia: dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

No nível setorial, que inclui as organizações não governamentais que apoiam o processo de internacionalização universitária, como no Brasil a Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI), foram pesquisados dados que se encontram disponíveis no *site* (faubai.org.br) e foi entrevistado o professor José Celso Freire, presidente da associação.

O nível institucional abrange as instituições de ensino superior que também são atores envolvidos no processo de internacionalização universitária. Foram entrevistados sete assessores de política de internacionalização de importantes universidades brasileiras e representantes de instituições públicas (USP, UNICAMP, UFRGS, UFRJ) e privadas (PUC-

São Paulo, da PUC-Campinas, da PUC-Rio de Janeiro). Para a seleção das instituições de ensino superior a serem pesquisadas, buscaram-se as mais bem colocadas no relatório “QS University Rankings: BRICS” no ano de 2016.

Também foram entrevistados assessores responsáveis pela política de internacionalização de universidades estrangeiras, tais como: Friendship University, Rússia; Beijing University of Technology, da China; e Indian Institute of Technology Madras – IITM, da Índia. Além desses, foram entrevistados dois pesquisadores atores na área de internacionalização universitária brasileira: prof. Claudio de Moura Castro, presidente da CAPES de 1979 a 1982, e prof^a Luciane Stallivieri, com pós-doutorado e especialista na área de internacionalização universitária.

Tais entrevistas foram realizadas seguindo roteiro de questões de maneira a abordar o significado da internacionalização universitária no âmbito geral e para o Brasil em particular, tais como: a) Quais foram as políticas e principais ações de cooperação acadêmica internacional desenvolvidas ao longo dos governos Lula e Dilma?; b) Quais foram os atores nacionais e internacionais envolvidos nessas ações?; c) O que motivou a realização destas políticas/ações?; d) Quais foram os resultados alcançados?

A pesquisa em dados secundários, sejam livros, revistas ou *websites*, além de permitir o embasamento teórico, no caso específico deste estudo, foi utilizada como recurso na impossibilidade de entrevista direta com os dirigentes dos órgãos governamentais envolvidos no processo de internacionalização da educação superior do Brasil ou dos demais países membros dos BRICS.

Para tratar do objetivo relacionado às principais ações de cooperação acadêmica internacional realizadas pelo Brasil com os demais países membros dos BRICS e os atores envolvidos, buscou-se perguntar sobre as principais ações de cooperação acadêmica realizadas pelos países membros dos BRICS; quais são os atores nacionais e internacionais que estão envolvidos nessas ações; o que teria motivado a realização dessas políticas/ ações, etc.

Para análise dos dados levantados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Esta, conforme Bardin (2006), consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não). Para Moraes (1999), o maior desafio da análise de conteúdo está na preparação das informações, que requer uma classificação por sua interação e relevância com os propósitos do estudo.

A análise de conteúdo seguiu as seguintes etapas: a) unitarização: processo de classificação das informações; b) categorização: processo de agrupamento das informações de acordo com suas afinidades, podendo ser realizado por categorias definidas *a priori* ou *a*

posteriori; c) descrição: apresenta os apontamentos da categoria, seus significados; d) Interpretação: busca interpretar e compreender os assuntos revisados ao longo do processo de categorização e descrição.

Após a classificação e a descrição dos dados encontrados, é interpretado se a relação de cooperação acadêmica do Brasil com os demais países membros dos BRICS está no estágio de multinacionalização/transnacionalização ou de internacionalização do ensino superior. Por fim, Creswell (2010) afirma que a validade externa em pesquisa qualitativa pode ser alcançada com técnicas como a triangulação entre diferentes fontes de informação e o exame dos pares. Sendo assim, foi realizada a validação da análise final e a confirmação das hipóteses levantadas por meio da triangulação dos dados secundários com as entrevistas realizadas.

Análise de resultados

Conforme já foi mencionado na introdução deste artigo, o acrônimo BRICS surgiu em 2001 pela análise de perspectiva de crescimento econômico dos países, mas a partir de 2008 foi assumindo um papel político no cenário internacional. Ao observar o crescimento do PIB, o valor estimado por Jim O'Neil (2001) foi ultrapassado ao somar o crescimento conjunto dos BRICS. Entretanto, esse crescimento se deu em função da expansão da China e da Índia, e não por um crescimento igual de cada país do grupo. Inclusive, houve uma queda do PIB no Brasil, na Rússia e na África do Sul de 2014 para 2016. Neste sentido, o cenário econômico nos governos de Lula e Dilma diferem: enquanto a economia brasileira no governo Lula passou por uma fase ascendente, o oposto apareceu nos dados durante o governo Dilma, com a queda do PIB de 2014 para 2016.

Ao observar-se o número de instituições de ensino superior, percebe-se que houve um expressivo aumento do número de IES entre 2001 e 2016, principalmente no Brasil, na Índia e na China. No caso da Rússia e da África do Sul, houve uma redução de IES, devido às reestruturações e às reformas do ensino superior nesses países. Esses dados podem ser observados na Tabela 1.

Tabela 1. Número total de IES nos BRICS de 2001 a 2016

ANO	Tipo de IES	Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul
2001	IES Públicas	183	621	-	-	34
	IES Privadas	1208	387	-	-	-
	TOTAL IES	1391	1008	-	-	-
2010	IES Públicas	278	634	-	-	23
	IES Privadas	2100	446	-	-	-
	TOTAL IES	2378	1080	621	2358	-
2016	IES Públicas	296	530	-	-	26
	IES Privadas	2111	366	-	-	115
TOTAL IES		2407	896	757	2560	141

Fonte: INEP (2017), Rússia (2017), Índia (2017), China (2017), South Africa (2017).

© Rev. Inter. Educ. Sup.	Campinas, SP	v.5	1-26	e019001	2019
--------------------------	--------------	-----	------	---------	------

Ao analisar-se a Tabela 1, nota-se que o número de universidades brasileiras em 2016 é similar ao número de universidades chinesas, mas isso não significa que o Brasil tenha números similares de produção acadêmica, científica e tecnológica. Nota-se ainda o grande número de instituições de ensino superior privadas no contexto brasileiro, equivalentes a 87,70%, somando 2.111 do total de instituições de ensino superior do país.

No caso específico do Brasil, o crescimento de IES públicas foi de 51,91% de 2001 a 2010 e de 6,47% de 2010 a 2016. Já as IES privadas tiveram um acréscimo de 73,84% de 2001 a 2010 e de 0,5% de 2010 a 2016. Percebe-se que, nos dois mandatos de Lula, houve um grande aumento de universidades no país, sendo que o crescimento do número de instituições privadas foi 21,93% superior ao de instituições públicas. No governo de Dilma, o aumento de IES privadas foi insignificante (inferior a 1%) e de IES públicas foi muito inferior ao de seu antecessor.

O número de alunos matriculados reflete o mesmo padrão encontrado em relação ao número de IES. O aumento mais significativo foi do número de alunos da Índia, que em 2016 praticamente atingiu o número de alunos matriculados no ensino superior na China, conforme pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2. Número total de alunos matriculados em IES nos BRICS de 2001 a 2016

Nº alunos Ensino Superior	Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul
2001	3.030.754	5 milhões	-	-	600 mil
2010	5.449.520	7 milhões	27 milhões	30 milhões	816 mil
2016	8.052.254	4.766.500	34.2 milhões	34.5 milhões	985.212

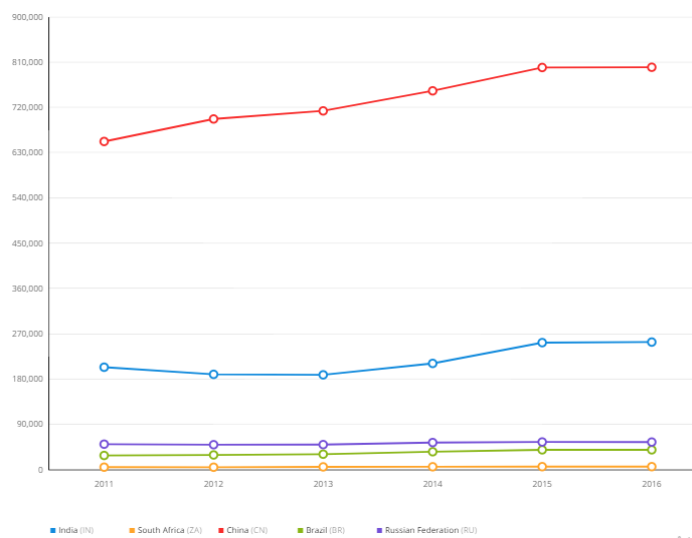
Fonte: INEP (2017), ENIC (2017), AISHE (2017), MOE (2017), CHET (2017)

Na Tabela 2, nota-se que China e Índia apresentam números similares e muito significativos de alunos no ensino superior, que, somados, representam aproximadamente 70 milhões de alunos em formação superior. Um número expressivo quando comparado a outros países, como a África do Sul, um dos países mais desenvolvidos do continente africano e que tem menos de 1 milhão de estudantes no ensino superior. Infere-se aqui que o grande número de recursos humanos qualificados da China e da Índia serão o futuro intelectual não somente de seus países, mas de outros, proporcionando assim uma educação cada vez mais globalizada. Cabe ainda ressaltar o crescente número de pós-graduandos na China e na Índia.

No caso específico brasileiro, em termos comparativos entre o governo Lula e o governo Dilma, notou-se uma sequência no aumento de alunos no ensino superior. Credita-se esse dado ao fato de a crise econômica, com a redução do PIB e da renda *per capita*, não ter tido reflexo imediato no número de alunos do ensino superior, levando-se em consideração o aumento de instituições de ensino superior no Brasil e os programas lançados durante o governo Lula para acesso ao ensino superior, como o PROUNI e o REUNI, que foram mantidos durante o governo Dilma. Ao analisar-se o número de alunos estudando no exterior, nota-se que não houve mudança significativa no Brasil, na Rússia e na África do Sul no período de 2011 a 2016, mas é nítida a diferença entre esses países e a China e a Índia, sendo

a China o maior “exportador de cérebros” do mundo. Essa diferença pode ser observada na Figura 2.

Figura 2. Número de alunos que saíram dos BRICS para estudar no exterior de 2011-2016



Fonte: Unesco (2017).

Claramente, a China é o país com maior número de alunos estudando no exterior, conforme mostra a Figura 5. Pode-se concluir que o número de chineses influenciando a educação superior no cenário internacional é ainda maior que o número de indianos. A Figura 5 também chama a atenção pelo baixo número de russos, brasileiros e sul-africanos estudando no exterior. Em relação aos destinos escolhidos, percebe-se preferência por Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França, Austrália, Canadá e Japão. Alunos brasileiros procuram também Portugal, Espanha e Itália, provavelmente pela proximidade do idioma.

Os dados da Figura 2 demonstram o período do governo Dilma, que lançou em 2011 o programa Ciência sem Fronteiras, fomentando o estudo no exterior por meio do financiamento de 101 mil bolsas de estudo para alunos brasileiros nas melhores universidades do mundo.

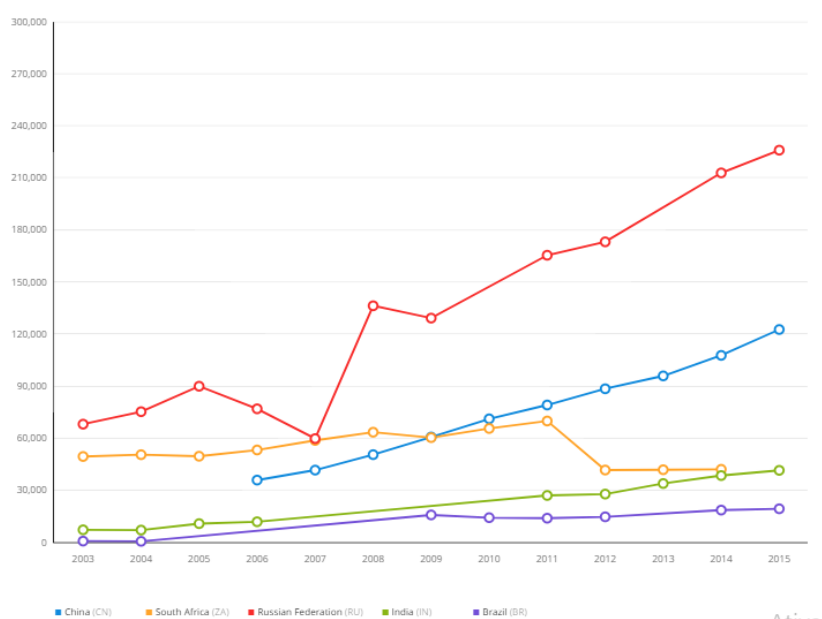
Na recepção de alunos estrangeiros nos países membros dos BRICS, há muitas diferenças, sendo que:

- a) O Brasil é o país que atrai o menor número de alunos estrangeiros comparado aos demais países membros dos BRICS, sendo que a maioria dos alunos recebidos no Brasil tem como nacionalidade Angola ou países latino-americanos vizinhos;
- b) A Rússia é um dos países que mais recebem alunos estrangeiros, sendo que quase metade deles vem dos países vizinhos ex-membros da União da República Socialista Soviética (URSS);

- c) A Índia está atraindo mais alunos estrangeiros, sendo que a maioria deles ainda vem de países vizinhos, como Nepal, Afeganistão, Butão, Sudão e Malásia;
- d) A China está em um crescente crescimento do número de alunos estrangeiros, sendo que já recebe alunos de 205 países, com destaque para Coreia do Sul, Estados Unidos, Tailândia Índia e Paquistão;
- e) A África do Sul sofreu uma queda no número de alunos estrangeiros a partir de 2012 e credita-se esse fato a crises financeiras do continente, uma vez que 70% dos alunos estrangeiros são provenientes dos países da África Austral (SADC).

O número de alunos estrangeiros estudando em instituições de ensino dos países membros dos BRICS pode ser observado de forma gráfica na Figura 3.

Figura 3. Número de alunos estrangeiros em IES dos BRICS de 2003 - 2015



Fonte: Unesco (2017).

A Figura 3 mostra que a Rússia ainda é o país membro dos BRICS que mais atrai alunos estrangeiros, embora a queda brusca em 2007, igualando-a à África do Sul. Ao longo deste trabalho, não foram encontrados dados que justifiquem esta queda abrupta de alunos estrangeiros na Rússia. A África do Sul atraía muitos alunos até o ano de 2010, quando foi alcançada pelo número de alunos que começaram a escolher a China como destino. A África do Sul apresentou uma queda a partir de 2011 e, desde 2012, vem mantendo um número constante de alunos estrangeiros. Credita-se esse fato a mudanças internas para obtenção de visto, bem como exigências de visto de estudante para alunos que permanecerão mais tempo no país. Chama a atenção que a China está em uma reta ascendente de alunos internacionais, talvez em função do seu poderio econômico no cenário internacional, destacando-se como mais uma potência mundial. Por último, é importante perceber que o Brasil é o país dos BRICS que menos atrai alunos estrangeiros e não houve uma mudança significativa quando

se comparam os períodos do governo Lula (2003-2010) com os do governo Dilma (2010-2016).

A baixa atração de alunos estrangeiros para o Brasil pode ser explicada por diversas razões, entre elas, as seguintes:

- a) Idioma: no Brasil, ainda são poucos os cursos ofertados em idioma inglês. No sentido inverso, com exceção dos países africanos de colonização portuguesa, são poucos os estrangeiros que são fluentes em português;
- b) Custo logístico: o Brasil é considerado um país de alto custo, tanto para viajar até e pelo país quanto com gastos fixos para sobrevivência, como aluguel e alimentação.
- c) Burocracia: as instituições de ensino superior brasileiras, apesar de terem a “autonomia universitária”, são fortemente regulamentadas e controladas pelos órgãos governamentais, principalmente as públicas, que teriam mais condições de receber os alunos estrangeiros.

Na mobilidade dos estudantes dos países membros dos BRICS, destacam-se alunos sul-africanos indo para Índia, alunos indianos e chineses indo para a Rússia. Percebe-se que somente o Brasil não mantém uma forte relação de mobilidade acadêmica com os demais países membros dos BRICS.

As profissões procuradas pelos estudantes brasileiros são um contraste entre outros países dos BRICS. Enquanto China e Índia vêm reduzindo a participação do governo na educação superior, no Brasil ocorre o oposto; como exemplo, pode-se mencionar o estabelecimento de programas como o PROUNI e o FIES, nos quais o Estado custeia e, respectivamente, financia a educação superior em instituições privadas (MORCHE, 2013). Se essa realidade faz parte de uma característica mais de longo prazo (extrapolando os governos Lula e Dilma), a presidente Dilma buscou com o Ciências sem Fronteiras influenciar e mudar o quadro, investindo em estágios e na especialização de engenheiros brasileiros no exterior.

Analisando-se o investimento em pesquisa e desenvolvimento científico (P&D) no Brasil, no último ano do governo Lula e no governo Dilma, percebe-se que a China é o país que mais tem investido recursos públicos na área, em torno de 370 milhões de dólares, o que equivale a apenas 2% de sua despesa interna bruta. O valor investido pela África do Sul tem se mantido constante, em torno de 5 milhões, que equivalem a 0,7% de sua despesa interna bruta. Os investimentos por parte do Brasil e da Rússia mantêm uma média superior à da África do Sul, em torno de 1,15% de sua despesa interna bruta, o que equivale a 39 milhões, em média. A Índia é o país que menos tem investido em P&D, em torno de 0,65% de sua despesa interna bruta, mas equivalente a pouco mais que o valor bruto investido por Brasil e Rússia. Como resultado, a China vem despontando como o segundo país com mais publicações científicas. São 836.255 artigos, somente atrás dos Estados Unidos, que lideram

com 3.048.662 artigos. Apesar de ter um porcentual de investimento em P&D menor, a Índia supera o Brasil e a Rússia em valores absolutos em número de publicações científicas.

Com relação ao número de pesquisadores, tem-se que no Brasil há 698 pesquisadores por milhão de habitantes; a Rússia lidera os BRICS, com 3.101 pesquisadores; a China vem na sequência, com 1.113 pesquisadores; e, por último, a África do Sul, com 437 pesquisadores por milhão de habitantes. A mesma ordem é mantida em relação ao número de patentes depositadas por país (WORLD BANK, 2017).

A questão de produtividade, cabe comparar aqui também, é diretamente influenciada pelas exigências e pelas metas governamentais para concessão de bolsas e financiamento de projetos de pesquisa. Enquanto no Brasil a qualidade de um pesquisador é medida, tradicionalmente, pelo número de trabalhos publicados (uma avaliação puramente quantitativa), a China segue o padrão de medida adotado pelos Estados Unidos, ou seja, pelo número de vezes que seus trabalhos são citados por outros cientistas ao redor do mundo (uma avaliação qualitativa de importância da pesquisa). Consequentemente, os cientistas acadêmicos brasileiros tendem a ser mais conservadores e fazer pesquisas de menor porte e menor risco para garantir seu índice de publicações e manter o financiamento de seus laboratórios, enquanto os chineses também se esforçam na publicação de trabalhos de grande impacto (ESCOBAR, 2013).

Quadro 2. Dados de internacionalização universitária dos BRICS

Dados de internacionalização universitária dos BRICS	Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul
Número de alunos estrangeiros (2016)	19.855	220.000	42.420	442.773	72.960
Número de alunos no exterior (2016)	40.891	50 000	181,872	544.500	6723 (2014)
Número pesquisadores/habitante (2016)	698	3101	156	1113	437
Número artigos (produção científica) (2016)	212.243 (15°)	265.721 (13°)	293.049 (11°)	836.255 (2°)	-

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Ficam claras, conforme o Quadro 2, as diferenças numéricas existentes entre os dados do ensino superior e do processo de internacionalização entre os cinco países:

- a) Brasil e China apresentam o maior número de instituições de ensino superior, em torno de 2.500, enquanto Rússia, Índia e África do Sul não atingem 1.000 instituições de ensino superior;
- b) China e Índia apresentam o maior número de alunos no ensino superior, em torno de 34 milhões, enquanto o Brasil possui um pouco mais de 8 milhões, a Rússia quase atinge a marca de 5 milhões, e a África do Sul ainda não alcançou 1 milhão de alunos no ensino superior;

- c) China lidera com o maior número de alunos estrangeiros entre os países membros dos BRICS – são mais de 400.000 alunos internacionais; vem seguida por Rússia, com mais de 200.000 alunos estrangeiros. A África do Sul atrai maior número de alunos estrangeiros que Brasil e Índia, sendo 70.000 contra 20.000 e 40.000, respectivamente. Ressalta-se aqui o baixo índice de atratividade de alunos estrangeiros para o Brasil;
- d) China também lidera o número de alunos estudando no exterior, sendo aproximadamente 550.000. É seguida pela Índia, que envia 180.000 alunos para instituições de ensino estrangeiras. Na sequência vêm Rússia e Brasil, com 50.000 e 40.000 alunos no exterior, respectivamente. Por último, a África do Sul apresenta uma tendência a um número baixo de alunos no exterior; eram pouco mais de 6.000 no ano de 2014;
- e) Rússia apresenta o maior número de pesquisadores, sendo mais de 3.000 para cada milhão de habitantes. É seguida pela China, com pouco mais de 1.000 pesquisadores para cada milhão de habitantes; Brasil, com aproximadamente 700 pesquisadores por milhão de habitantes; África do Sul, com aproximadamente 500 pesquisadores por milhão de habitantes; e por último Índia, com 156 pesquisadores por milhão de habitantes;
- f) China está em 2º lugar no *ranking* em termos de número de artigos e produção científica, apesar de não apresentar o maior número de pesquisadores por milhão de habitantes.

Apesar das diferenças numéricas, não se pode afirmar que a educação em um país seja muito superior à do outro em todos os aspectos, pois, por exemplo, a China, pode ter o maior número de IES, de alunos e de publicações, mas o Brasil mantém, proporcionalmente, salas de aula quatro vezes menos lotadas que as da China, e a Rússia possui o dobro de pesquisadores por habitante em relação à China. A Rússia destaca-se por já ter uma base sólida de educação superior, ou seja, há muitos recursos humanos já formados e com nível escolar superior. A China tem investido muito no setor de educação, incrementando os resultados em termos de pesquisa e patente, o que a torna ainda mais competitiva no cenário internacional.

De uma forma mais geral e resumida, apesar de cada país membro dos BRICS ter o seu sistema de ensino, eles até podem ser equiparados nas seguintes classificações: instituições públicas e privadas; nível de ensino superior é composto por cursos de graduação com duração entre três e seis anos, dependendo da área e dos cursos de pós-graduação nos níveis de especialização, mestrado e doutorado. Essa semelhança na estrutura de ensino pode ser utilizada a favor do processo de internacionalização das instituições de ensino superior dos BRICS.

Com base na análise dos dados, tanto nos governos de Lula quanto nos de Dilma, a China foi o país dos BRICS em que ocorreu o maior número de visitas oficiais. Credita-se esse fato à importância que a China assumiu no cenário econômico mundial. Por outro lado,

as visitas brasileiras durante os governos Lula e Dilma inverteram-se em frequência quando comparadas Rússia e Índia: no governo Lula, foram 11 visitas à Índia e 9 à Rússia, enquanto no governo Dilma foram 5 visitas à Índia e 11 à Rússia. As visitas oficiais à África do Sul foram as menos frequentes em ambos os governos.

A presidente Dilma apresentou uma significativa redução no número de viagens internacionais em comparação ao presidente Lula. Em seu primeiro mandato, a presidente passou 144 dias fora do país em visitas de Estado ou encontros multilaterais, uma redução de 46,5% ante o observado no segundo mandato do presidente Lula. Ele esteve fora do Brasil por 269 dias entre 2007 e 2010. Na comparação com o primeiro mandato de Lula (2003-2006), Dilma destinou um terço menos tempo para viagens ao exterior. O antecessor passou 216 dias fora do país. A presidente viajou menos dias também que Fernando Henrique Cardoso (165 dias entre 1995 e 1998 e 159 dias entre 1999 e 2002), embora tenha visitado, em média, mais países (SCHREIBER, 2015).

Nota-se também que, durante o governo Lula, foram firmados mais acordos de cooperação em geral com os países membros dos BRICS do que no governo Dilma. No governo Lula, foram celebrados 11 acordos com a Rússia, 22 acordos com a Índia, 27 acordos com a China e 9 com a África do Sul, totalizando 69 atos internacionais do Brasil com os países membros dos BRICS. No governo de Dilma, foram celebrados 11 acordos com a Rússia, 8 acordos com a Índia, 8 acordos com a China e 2 com a África do Sul, totalizando 29 atos internacionais do Brasil com os países membros dos BRICS, ou seja, 40 atos internacionais menos que no governo do seu antecessor.

Por sua vez, o número de acordos de cooperação acadêmica, científica e tecnológica entre os países também decresceu no governo Dilma em relação ao governo de Lula. Essas são diferenças encontradas com base nos dados analisados.

No nível setorial, que engloba as associações e as organizações não governamentais envolvidas no processo de internacionalização universitária das instituições de cada país, como a FAUBAI no Brasil, há o interesse em estreitar laços entre os países membros dos BRICS, mas tampouco há um acordo celebrado entre elas ou um esforço conjunto com cada um dos países nesse sentido.

No nível institucional, ou seja, das instituições de ensino superior do Brasil, existiam ainda poucos convênios de cooperação acadêmica com os demais países membros dos BRICS. A China é o país com o qual as instituições de ensino brasileiras mantêm o maior número de convênios. Além disso, pode-se verificar que são as instituições públicas as que mais se relacionam com os demais membros dos BRICS, pois as instituições de ensino privadas não costumam manter convênios com esses países.

De acordo com o representante da Assessoria de Assuntos Internacionais e Institucionais da PUC-SP, André Piai, “apesar de existir o convênio assinado, no edital de

intercâmbio não foram ofertadas para vagas para mobilidade acadêmica discente para os países membros dos BRICS”. O prof. Ricardo Borges Alencar da PUC-RIO corrobora dizendo que “o interesse dos alunos pelos países membros dos BRICS ainda é baixo quando comparado a Estados Unidos e países da Europa”. Credita-se esse fato a várias razões: não há procura por parte dos alunos brasileiros para esses países como destino, além da dificuldade de comunicação e de aproveitamento acadêmico no retorno para efetuar a equivalência de disciplinas.

Na entrevista com o prof. Douglas Barros, diretor do Departamento de Relações Externas da PUC-Campinas, foi abordado o tema do relacionamento das instituições brasileiras com as instituições dos demais países membros dos BRICS. Acrescentou o exemplo da Coreia do Sul. O fato de a empresa Samsung estar instalada em Campinas (SP) já atraiu instituições de ensino superior coreanas para convênio e também alunos brasileiros para irem até a Coreia do Sul em busca de aperfeiçoamento para uma colocação de trabalho na empresa quando retornarem. Por fim, ele acredita que o caminho aberto pelo viés comercial também deverá servir de exemplo para os países membros dos BRICS.

A realização de projetos de pesquisa em conjunto com as demais instituições dos países membros dos BRICS depende das instituições de ensino brasileiras, e não do governo brasileiro, pois este último tem como ação principal as bolsas para mobilidade acadêmica, principalmente de discentes, como foi o caso do programa Ciência sem Fronteiras.

No âmbito de mobilidade acadêmica, ressalta-se que Rússia e China mantêm programas de bolsas que garantem reciprocidade, mas o mesmo não ocorre com Índia e África do Sul. Somente o Brasil tem enviado estudantes a estes dois últimos países. Em relação à África do Sul, percebe-se ainda que o Brasil visa atrair estudantes daquele país por meio dos programas PEC-G e PEC-PG.

Na análise das relações de internacionalização universitária do Brasil com os demais países membros dos BRICS, nota-se que houve um caráter de reciprocidade ao longo do governo de Lula, mas o mesmo alterou-se ao longo do governo Dilma com o Programa Ciência sem Fronteiras, prevendo o envio de alunos brasileiros e com a adição da África do Sul nos programas PEC-G e PEC-PG. Esses dois programas do governo Dilma deixaram de garantir a reciprocidade e a simetria de mobilidade, com o envio de alunos para a Índia e a atração de alunos da África do Sul.

Essa assimetria pode ser identificada nas ações de multinacionalização ou transnacionalização do ensino superior, sendo elas as seguintes: estabelecimento de *campi* em outros países; oferecimento de contratos de educação a distância; desenvolvimento de cursos de treinamento em e para outros países; e aulas de idiomas estrangeiros no contexto nacional. Percebe-se que, em sua maioria, não há casos entre os países membros dos BRICS, com exceção de episódios de treinamento de funcionários brasileiros pelo governo indiano.

No nível nacional, em relação às ações do governo de Dilma no âmbito de cooperação acadêmica e científica, nota-se a reciprocidade entre os governos brasileiro, russo e chinês na concessão de bolsas de estudo e financiamento de pesquisa. Reciprocidade que não ocorre com governo indiano, que somente tem recebido benefícios por parte do Brasil, e com o governo sul-africano, uma vez que o Brasil é que tem investido para atração de estudantes e pesquisadores. Já no nível institucional, as instituições brasileiras de ensino mantêm mais convênios com as instituições russas, chinesas e sul-africanas, sendo que não há muitos convênios com instituições indianas.

Todos os acordos bilaterais celebrados durante o governo Lula previam reciprocidade, o que não foi percebido ao longo do governo Dilma. Neste último, foram identificadas as seguintes relações do Brasil com os demais países membros dos BRICS:

- a) com a Rússia, manteve a reciprocidade, havendo internacionalização do ensino superior;
- b) com a Índia, houve relações de multinacionalização do ensino superior por com influência da Índia no Brasil, o que foi identificado por meio dos cursos oferecidos por indianos a funcionários brasileiros;
- c) com a China, manteve a relação de reciprocidade, mas o fortalecimento da presença chinesa no Brasil, notadamente por meio do grande número de convênios de cooperação com instituições brasileiras, pode tornar-se multinacionalização do ensino superior, com influência da China sobre o Brasil;
- d) com a África do Sul, pode-se dizer que há influência do Brasil, ou seja, há multinacionalização do ensino superior, o que foi identificado pela inserção da África do Sul no programa PEC-G.

A cooperação acadêmica, durante o governo de Lula, ocorria em reciprocidade, que era claramente explícita nos acordos bilaterais firmados entre os países. No governo de Dilma, a cooperação acadêmica ocorreu em reciprocidade com Rússia e China por meio do Programa Ciência sem Fronteiras e programas dos governos russo (Global Education Program) e Chinês (China Scholarship Council). A Índia recebe alunos brasileiros do Programa Ciência sem Fronteiras e ministra treinamento a funcionários Brasileiros na Índia ou por professores indianos no Brasil. O Brasil pode enviar alunos para a África do Sul pelo Programa Ciência sem Fronteiras, mas tem, principalmente, alunos pelos programas PEC-G e PEC-PG.

A cooperação científica e tecnológica também se deu em áreas distintas entre o Brasil e cada país membro dos BRICS, como também foi diferente nas áreas prioritárias quando comparados os governos Lula e Dilma. Em relação à Rússia, Lula priorizou a temática segurança nos acordos de cooperação, enquanto Dilma introduziu os temas de esportes e grandes eventos, por conta da Copa do Mundo organizada pela FIFA e dos Jogos Olímpicos, que ocorreu no Brasil e a Copa do Mundo que vai ocorrer na Rússia em 2018. Em relação à

Índia, Lula celebrou acordos em distintas áreas e Dilma focou na área de biotecnologia, inclusive abordando ações de internacionalização universitária nesse tema. Em relação à China, ambos os governos celebraram vários acordos de cooperação, a maioria visando a questões comerciais. Em relação à África do Sul, Lula celebrou acordos em distintas áreas e Dilma focou na área de meio ambiente.

As ações de internacionalização universitária ocorridas nos governos Lula e Dilma foram as seguintes: concessão de bolsas pelo governo para estudos e pesquisa no outro país; realização de projetos de pesquisa com instituições estrangeiras; participação em consórcios e redes internacionais de pesquisa; e desenvolvimento de projetos de patente internacional. Percebe-se que o Brasil, de uma forma geral, apesar de manter convênios de cooperação acadêmica com as instituições de ensino dos demais países membros e de participar em conjunto da Universidade em Rede dos BRICS, não mantém projetos de patente internacional e cursos de dupla titulação com nenhum dos outros membros do grupo. Logo, a política de internacionalização com os demais países dos BRICS, também por ser recente, ainda não está institucionalizada a ponto de permitir um desenvolvimento de novos conhecimentos acadêmicos e científicos entre os países do agrupamento.

Considerações finais

Como resultado da pesquisa, pode-se dizer que o Brasil, durante o governo Lula, manteve relações simétricas com os países membros dos BRICS, pois os acordos firmados previam uma relação de reciprocidade. No governo Dilma, principalmente em função do Programa Ciência sem Fronteiras, que não previa reciprocidade na mobilidade acadêmica, notou-se que as relações acadêmicas se mantiveram simétricas com a Rússia e a China. O Brasil passou a explorar novas oportunidades no território sul-africano, com o estabelecimento de um centro de cultura brasileira em Pretória, e houve episódios de treinamento dos funcionários brasileiros por indianos, sem uma troca recíproca de curso, podendo ter ocorrido um benefício financeiro por parte dos indianos. O ideal seria que as cinco nações mantivessem relações acadêmicas em reciprocidade para manter uma cooperação, ou seja, uma relação ganha-ganha, que fortaleceria o grupo como um todo.

Enquanto que no governo Lula foi confirmada a ideia de reciprocidade entre os países, questão claramente discutida nos acordos bilaterais, no governo Dilma foram obtidos os seguintes resultados: a) em relação a Rússia, as relações de cooperação acadêmica em reciprocidade ocorreram, principalmente, no âmbito das instituições de ensino públicas. Credita-se também essa confirmação pelo fato de a grande maioria das IES russas serem públicas; b) em relação à Índia, apesar de os países manterem relações diplomáticas, não há destaque para o desenvolvimento de ações de cooperação acadêmica entre as instituições de ensino, mas há episódios de multinacionalização do ensino superior com influência da Índia no Brasil; c) a China foi o país dos BRICS com que o Brasil mais aumentou relações de cooperação acadêmica, impulsionadas por interesses comerciais e empresariais tanto por parte

dos chineses no Brasil quanto dos brasileiros na China, o que pode vir a gerar uma relação de multinacionalização por parte da China no Brasil; d) em relação à África do Sul, o Brasil manteve uma relação de multinacionalização/transnacionalização do ensino no âmbito do ensino superior ao atrair alunos sul-africanos, mas no âmbito de ensino-aprendizagem do idioma inglês, os alunos brasileiros recorreram àquele país para aprender o idioma.

Na cooperação científica e tecnológica, também foram encontradas diferenças quando comparados os governos Lula e Dilma. Isto é, foram encontradas diferentes áreas e diferentes prioridades entre o Brasil e cada país membro dos BRICS. Em relação à Rússia, Lula priorizou a temática segurança nos acordos de cooperação, enquanto Dilma introduziu os temas de esportes e grandes eventos por conta da Copa do Mundo FIFA e dos Jogos Olímpicos, que ocorrem em ambos os países. Em relação à Índia, Lula celebrou acordos em distintas áreas, e Dilma focou na área de biotecnologia, inclusive abordando ações de internacionalização universitária nesse tema. Em relação à China, ambos os governos celebraram vários acordos de cooperação, a maioria visando a questões comerciais. Em relação à África do Sul, Lula celebrou acordos em distintas áreas, e Dilma focou na área de meio ambiente.

Houve um paradoxo no governo Dilma: existiu a iniciativa de criar uma política unificada de internacionalização do ensino superior com os países membros dos BRICS, confirmada pelas análises de acordos de cooperação científica e tecnológico e proposta de criação da Universidade em Rede dos BRICS e da Liga de Universidades dos BRICS. Além disso, os ministros de Educação e de Ciência e Tecnologia dos BRICS, inclusive ministros da presidente Dilma, começaram a realizar os seus próprios encontros à parte da reunião de cúpula dos líderes, o que permitiu o estabelecimento de políticas e ações em um nível mais tático e operacional do que somente com interesse estratégico político entre os presidentes ou representantes dos governos. No entanto, esse esforço foi ofuscado pelo Ciências sem Fronteiras, que se tornou central no e para o governo Dilma.

Nas relações entre os países, em linhas gerais, as condições de cada país e os ganhos de cada um foram levados em consideração. Com os BRICS não foi diferente. Estando todos eles fora da zona de países ricos, haveria pontos de interesse comum nos quais poderiam ser desenvolvidas pesquisas em conjunto tanto na área de saúde, como novos medicamentos, quanto de energia sustentável, além de novas soluções em transporte e preservação do meio ambiente. Da mesma forma, poderia haver ganhos nas relações acadêmicas entre os países membros dos BRICS. No entanto, como esses acordos ainda não se realizaram, o que se nota são as ações individuais. Encontraram-se números significativos de alunos sul-africanos indo para a Índia, bem como de alunos indianos e chineses indo para a Rússia. Somente o Brasil não apresentou essa mobilidade acadêmica com demais países membros dos BRICS.

Por outro lado, cabe lembrar que as ações de cooperação e internacionalização universitária do grupo dos BRICS como um todo foram propostas, em sua maioria, em 2015, mesmo ano em que o Brasil começou a enfrentar uma forte crise política, econômica e

financeira. Sendo assim, é preciso ter em conta que talvez as propostas não fossem ruins, mas que poderia não ser o momento propício para a operacionalização, no Brasil, das atividades propostas pelas declarações e pelos acordos firmados entre os cinco países. Além disso, o fato das propostas de ações conjuntas de internacionalização universitária entre os países membros dos BRICS ser recente não permite uma avaliação dos resultados das propostas que permita afirmar se haverá ou não uma institucionalização do processo de internacionalização universitária entre os BRICS.

A conclusão do artigo, enfim, está voltada para o dilema entre uma política de Estado e de governo. Sendo a internacionalização universitária uma política que demanda tempo, haja vista o tempo necessário para construir e firmar acordos, o Brasil precisaria que sua elite política transcendesse as rivalidades partidárias e elege-se a educação e o nível de criação de conhecimentos como moedas não intercambiáveis. As dificuldades para tanto são inúmeras, começando pela força da Presidência da República e a natural fraqueza da sociedade civil. Como foi visto, as políticas de internacionalização universitária estiveram acopladas ao peso da Presidência e da pessoa do presidente. Como proteger a educação das circunstâncias e das conjunturas? Talvez uma possível resposta esteja no nível doméstico, com maior participação e intervenção da população organizada, além do envolvimento e do engajamento das instituições de ensino superior no plano nacional, e não somente como um diferencial no *ranking* entre as universidades.

Assim, corroborando e concluindo com o que foi dito pelo prof. Laplane, “é momento de rever convênios e buscar parceiros estratégicos para colaboração em âmbito internacional em busca de desenvolvimento científico e tecnológico, buscando soluções para problemas de nossa realidade local”. Nesse sentido, não é necessário voltar-se, novamente, somente para as cooperações com países do norte, sejam os Estados Unidos, sejam países europeus. É preciso prestar atenção nos países que estão se desenvolvendo, econômica e socialmente, como China e Índia, e que têm potencial de desenvolvimento futuro.

Derivadas da conclusão deste artigo, outras perguntas relevantes para futuras pesquisas surgiram, entre elas destacam-se: até que ponto uma política de internacionalização universitária conjunta influencia no desenvolvimento de cada país? Qual seria o tempo necessário para se construir uma política de internacionalização universitária? No conjunto dessas questões está também a ideia de se pensarem novas formas de cooperação acadêmica e científica entre os países emergentes, como por meio de ensino a distância, para redução de custos logísticos, e de financiamento para essas ações de internacionalização universitária e desenvolvimento de pesquisa em conjunto.

Referências

ÁFRICA DO SUL. Council on Higher Education - CHE. Disponível em: <http://www.che.ac.za>. Acesso em: 6 ago 2017.

ALTBACH, P.G.; BASSETT, R.M. Nix de BRICS – at least for Higher Education Scholarship. **Change**. Sept./Oct. 2014

ALTBACH, P.G.; KNIGHT, J. The internationalization of higher education: motivations and realities. **Journal of studies in international education**, v. 11, n. 3-4, p. 290-305, 2007.

BARTELL, M. Internationalization of universities: A university culture-based framework. **Higher Education**, Manitoba, Winnipeg, 2003, p. 37-52.

BRASIL. **Agência Brasileira de Cooperação – ABC**. Disponível em: <http://www.abc.gov.br>. Acesso em: 30 jun 2017.

BRASIL. Ciência sem Fronteiras – CsF. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br>. Acesso em: 24 jul 2017.

BRASIL. . Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. Disponível em: <http://www.capes.gov.br>. Acesso em: 20 jun 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Disponível em: <HTTP://www.cnpq.br>. Acesso em: 22 jun 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 22 jun 2017.

BRASIL. Instituto de Pesquisas Economicas Aplicada - IPEA. Disponível em www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.htmwww.oecd.org>. Acesso em: 28 Jun 2017.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 10 jul 2017.

CELANO, A.C.; GUEDES, A.L. Impactos da globalização no processo de internacionalização dos programas de educação em gestão. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, n. 1, p. 45-61, 2014.

CERVO; LESSA, A. C. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011– 2014). **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 57, n. 2, p. 133-151, 2014.

CHINA. **Ministry of Education of the People’s Republic of China – MOE**. Disponível em: <http://en.moe.gov.cn>. Acesso em: 02 Jul 2017

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ESCOBAR, H. Universidades brasileiras devem promover internacionalização, valorizar mérito, flexibilizar regras e reduzir burocracia se quiserem chegar à elite do ensino superior. **Ensino Superior UNICAMP**, Campinas, 17 out. 2013.

- GACEL-ÁVILA, J. **La internacionalización de la educación superior: paradigma para la ciudadanía global**. Guadalajara: Universidade de Guadalajara, 2003.
- GODOY, A.S. Estudo de caso qualitativo. In.: GODOI, C.K. et al. **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- GORNÉS, L. N. Por qué Cooperación Acadêmica? In: **Cooperación Acadêmica**, v. 1, n.1, abr., 2001.
- HAWAWINI, G. The internationalization of higher education institutions: a critical review and a radical proposal. **INSEAD Working Artigos Collection**, Issue 112, p. 1-47, 2011.
- INDIA. **All India Survey on Higher Education – AISHE**. Disponível em: <http://www.aishe.nic.in>. Acesso em: 13 jun 2017
- KNIGHT, J. Internationalization remodeled: definition, approaches and rationales. **Journal of Studies in International Education**, v. 8, n. 1, p. 5-31, 2004.
- MARTINS, G.A.; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da investigação científica para ciencias sociais aplicadas**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
- MORCHE, B. **A expansão do sistema de educação superior no Brasil, na China e na Índia: uma análise comparada**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.
- MOROSINI, M. C. Estado do Conhecimento sobre internacionalização da educação superior – conceitos e práticas. Curitiba: **Educar**, n.28, p-107-124, 2006.
- PUTNAM, R. D. Diplomacy and Domestic Politics: **The Logic of Two-Level Games**. **International Organization**, v. 42, n. 3. Summer, 1988. p. 427-460.
- RUSSIA. **National Information Centre on Academic Recognition and Mobility – ENIC**. Disponível em: <http://www.russianenic.ru/english/>. Acesso em: 21 maio 2017
- SEBASTIÁN, J. **Cooperación e Internacionalización das Universidades**. Argentina: Editorial Biblos, 2004.
- STALLIVIERI, L. **Estratégias de Internacionalização das Universidades brasileiras**. Caxias do Sul: Educus, 2004.
- STUENKEL, O. **BRICS e o futuro da ordem global**. Paz e terra, 2017.
- TROW, M. Reflections on the transition from mass to universal higher education. **Daedalus**, v. 99, n. 1, p. 1-42, 1970.
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **BRICS: Construir a educação para o futuro**. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002296/229602por.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2015.
- UNESCO - Institute for Statistics. **Global Flow of Tertiary- Level Students 2014**. Disponível em: <http://uis.unesco.org/en/uis-student-flow>. Acesso em: 10 mar 2017.
- VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

WIT, H. **Internationalization of higher education in the United States of America and Europe: a historical, comparative and conceptual analysis.** Greenwood Studies in Higher Education. Westport: Greenwood Press, 2002.

WIT, H.; JARAMILLO, I.C.; GACEL-ÁVILA, J.; KNIGHT, J. (Ed.). **Higher Education in Latin America: The international dimension.** The World Bank: 2005.

VISENTINI, P.; ADAM, G.; VIEIRA, M.; SILVA, A; PEREIRA, A. **BRICS: as potências emergentes China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul.** Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 2013.

WORLD BANK. Disponível em: <http://databank.worldbank.org/data/home.aspx>. Acesso em: 17 jul. 2017.